

**FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO**  
**CREDENCIADA PELA PORTARIA MEC Nº. 1.358, de 04 de julho de 2001**

**RESOLUÇÃO nº. 005/2018, de 02 de maio de 2018.**

*Estabelece o sistema de avaliação da aprendizagem discente, bem como, revoga a Resolução 006/2015, de 01 de julho de 2015.*

**RESOLVE:**

**O DIRETOR SUPERINTENDENTE** da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, no uso de suas atribuições e, considerando decisão do Conselho Superior,

**Art. 1º.** Estabelecer que o sistema de avaliação da aprendizagem discente será composto por três notas, atribuídas ao longo do semestre letivo, denominadas de Nota 1, Nota 2 e Nota 3, doravante denominadas respectivamente N1, N2, N3 e uma Nota da prova de Recuperação, denominada N4.

**Art. 2º.** As notas N1 e N2 serão compostas por Avaliações Formais e Processuais, doravante denominadas NF e NPRO, respectivamente.

**Art. 3º.** A Avaliação Formal contará com notas de “zero” a “dez” e peso de 80%, enquanto que a Avaliação Processual também com notas de “zero” a “dez” terá peso de 20%. As notas N3 e N4 serão compostas por avaliação formal, individual, escrita e sem consulta, com notas de “zero” a “dez”.

**Art. 4º.** A Média Final para aprovação em cada disciplina será igual ou maior que 6,0.

**Parágrafo único.** A apuração das notas N1 e N2 será realizada utilizando-se fórmula: Nota Formal (NF), representando as notas N1 ou N2, vezes 0,80 mais Nota Processual (NPRO) vezes 0,20.

Fórmula:  $NF \times 0,80 + NPRO \times 0,2$ .

**Art. 5º.** O aluno que obtiver média final calculada a partir da média aritmética entre N1 e N2, igual ou maior a 8,0 de acordo com a fórmula  $(N1 + N2)/2 \geq 8$ , será aprovado e dispensado da obrigatoriedade de realizar N3, enquanto que o aluno que obtiver média de N1 e N2 menor que 3,0 de acordo com a fórmula  $(N1 + N2)/2 < 3,0$  estará reprovado por nota.

**Art. 6º.** O aluno que obtiver média entre 3,0 e 6,0 na N1 ou na N2, desde que não esteja reprovado por frequência, deverá submeter-se à avaliação N3 obrigatoriamente.

**Art. 7º.** Após N3, estará aprovado por nota o aluno que obtiver média aritmética de N1, N2 e N3 igual ou maior a 6, de acordo com a fórmula:  $(N1 + N2 + N3)/3 \geq 6$ , enquanto que o aluno que obtiver nota menor a 3 estará automaticamente reprovado na N3 e não poderá submeter-se a avaliação N4.

**Art. 8º.** O aluno que obtiver a média aritmética maior ou igual a 3,0 e menor que 6,0 na N1, N2 e N3, desde que não esteja reprovado por frequência, poderá fazer a avaliação N4.

**Art. 9º.** Após a N4, estará aprovado o aluno que obtiver nota igual ou maior que 6,0, de acordo com a fórmula  $[(N1+N2+N3)/3+N4]/2$ , caso contrário, estará matematicamente reprovado por nota.

**Art. 10.** A avaliação formal (N1, N2, N3 ou N4) será sempre individual, escrita e sem consulta, aplicada em data estabelecida no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo do programa de ensino das disciplinas ministradas no semestre.

**Art. 11.** A avaliação formal terá apenas uma prova substitutiva para N1 ou N2, de acordo com a opção do aluno. A prova será aplicada em data estabelecida no calendário acadêmico, abrangendo todo o conteúdo do programa de ensino das disciplinas ministradas no semestre.

**Art. 12.** A avaliação substitutiva não será aplicada nos seguintes casos:

- I. Disciplinas práticas;
- II. Prova processual;
- III. Avaliação N3 e N4.

**Art.13.** O aluno poderá requerer a aplicação de prova substitutiva junto à Central de Atendimento no prazo estabelecido em calendário acadêmico, desde que o não comparecimento na data em que fora aplicada a prova regular seja devidamente comprovado e aprovado pelo Coordenador do Curso mediante verificação das atas de provas.

**Parágrafo único.** O aluno poderá requerer a avaliação substitutiva para todas as disciplinas do semestre, desde que atendido o Art. 13.

**Art.14.** O aluno que requerer a prova substitutiva terá isenção de taxa somente quando apresentar atestado médico, mediante liberação da Supervisão da Central de Atendimento. Para os demais casos, o aluno deverá pagar o valor correspondente a cada disciplina.

**Art. 15.** A prova de Recuperação, N4, consiste na realização de prova escrita, sem consulta, com nota de “zero” a “dez”, abrangendo todo o conteúdo do programa de ensino das disciplinas ministradas no semestre vigente em que o aluno tenha sido reprovado por nota e com frequência regimental mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

**Art. 16.** A Avaliação de Recuperação será realizada de acordo com a data estabelecida em calendário acadêmico.



**Parágrafo único.** Só poderá realizar a avaliação de Recuperação (N4) o aluno que obrigatoriamente tenha realizado a N3.

**Art. 17.** O discente poderá requerer a revisão de notas atribuídas as provas e exames finais nas seguintes situações:

- I. No semestre em curso: será concedida revisão de nota atribuída as provas e aos exames finais, quando requerida no prazo de cinco dias, contados de sua divulgação e/ou publicação, diretamente ao docente responsável pela disciplina;
- II. No semestre posterior: através de processo aberto na Central de Atendimento em prazo estabelecido em calendário acadêmico, que será encaminhado ao docente da disciplina e a Coordenação do Curso para se pronunciarem e, caso seja necessário, ao Conselho Superior como recurso em última instância, não serão acatados requerimentos de revisão fora do prazo.

**Art. 18.** Conforme estabelece o Regimento da Faculdade Autônoma de Direito, *“independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento das aulas e demais atividades programadas”*.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 19.** Durante a realização de atividades acadêmicas em qualquer espaço nas dependências da **FADISP**, é autorizado ao Corpo Docente ou Corpo Técnico-Administrativo, solicitar do acadêmico ou do colaborador documento oficial com foto que comprove sua identificação, inclusive durante a aplicação das provas de avaliação formal ou processual.

**Art. 20.** Os casos omissos nesta Resolução serão tratados pelo Conselho Superior.

**Art. 21.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, tornando sem efeito os dispositivos contrários da *Resolução 006/2015*, de 01 de julho de 2015.

São Paulo, 02 de maio de 2018.



**Nelson de Carvalho Filho**

Diretor Superintendente da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP